

Reta final para definir o tarifaço dos Estados Unidos a produtos brasileiros

Audiências do USTR em Washington ouvem sociedade civil e empresários sobre tarifas de 25%

Por **Gabriela Gallo**

Na reta final de negociações para definir se o governo dos Estados Unidos (EUA) aplicará o novo tarifaço de 25% para produtos brasileiros, agendado para 15 de julho, as discussões acerca da implementação ou não das novas taxas segue em sua reta final.

Nesta segunda-feira (6), iniciaram-se as audiências públicas no Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), em Washington, para tratar do tema. A audiência ocorre até esta terça-feira (7), mas a decisão final das autoridades norte-americanas podem ser tomadas até a data de implementação das tarifas.

FLÁVIO BOLSONARO

No segundo dia de audiência, o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) participará de um painel e discursará contra a medida, a partir das 10h no horário de Washington (11h no horário de Brasília). Participará do painel com Flávio o ex-diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC) Roberto Azevêdo, que atuará como representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da



Flávio Bolsonaro participa da audiência nesta terça

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Pelo governo, o Ministério de Relações Exteriores não mandou um representante para discursar nos painéis, mas acionou representantes da Embaixada do Brasil em Washington apenas na condição de observadores. Contudo, vale destacar que nesta semana, representantes do governo se encontrarão com o principal representante do USTR, Jamieson Greer, em nova rodada de negociações diplomáticas.

Mas para além dos poderes Executivo e Legislativo, empresários brasileiros também participam das audiências em Washington na tentativa de convencer o governo norte-americano que as taxas serão prejudiciais para empresários brasileiros e americanos. Os destaques são para os produtores de produtos ligados ao agronegócio (como carne, café, milho, arroz, mel, açúcar e suco de laranja). Nos bastidores, alguns produtores não tem se manifestado otimistas quanto à possibilidade

do governo dos EUA desistir de aplicar as tarifas, mas eles tentam ao menos ampliar a lista de exceções. Muitos empresários argumentam que, como o Brasil é exportador de diversas matérias-primas, a aplicação de tarifas na base aumentará o preço final dos produtos, o que também prejudicará o consumidor americano e o mercado local.

Durante participação na audiência, o diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, defendeu a

isenção tarifária do café solúvel sem aromatizantes brasileiro para os Estados Unidos, alegando que os grãos brasileiros são “insubstituíveis” para o mercado norte-americano, já que corresponde a mais de 30% do mercado de café dos Estados Unidos e é o principal fornecedor do país (mais de 70% da população americana consome café, segundo dados apresentados na audiência).

As novas tarifas norte-americanas são resultado de uma investigação comercial aberta pelo USTR contra o Brasil, que o acusam de realizar práticas comerciais consideradas injustas pelo governo dos EUA. Dentre os pontos que o USTR cita são: o PIX, corrupção, desmatamento, acordos comerciais com outros países, combate à pirataria e ao trabalho escravo.

Nesta segunda-feira, o ministro de Relações Exteriores Mauro Vieira encaminhou para Jamieson Greer um documento de 13 páginas respondendo às acusações dos EUA e classificando a investigação como arbitrária, alegando que o escritório não levou em consideração as provas apresentadas pelo Brasil acerca das ações de combate ao trabalho escravo e outras irregularidades.

Governo teme os efeitos do terrorismo para crime

Por **Beatriz Matos**

A classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas pelos Estados Unidos (EUA) acendeu um alerta no governo brasileiro. Em resposta a um requerimento da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o Ministério das Relações Exteriores detalhou os impactos que a decisão norte-americana pode provocar para o Brasil. Entre eles, estão sanções financeiras, prejuízos à economia e, em um cenário extremo, até o risco de uma intervenção militar em território nacional.

Na prática, a classificação amplia o conjunto de medidas que podem ser adotadas

pelas autoridades norte-americanas. Além do bloqueio de bens e de sanções financeiras mais rigorosas, ela abre espaço para restrições migratórias, punições relacionadas ao apoio material ao terrorismo e até sanções contra pessoas e empresas que mantenham relações consideradas diretas ou indiretas com essas organizações.

Para o especialista em relações internacionais e diretor do Ibmec Brasília Ricardo Caiçolo, a principal preocupação do Itamaraty é registrar

previamente a posição brasileira em defesa da soberania nacional. “Isso não significa que uma ação militar seja

provável, mas que o Brasil busca registrar previamente sua posição em defesa da soberania.”



O risco de ação militar é aventado pelo governo na resposta

Segundo ele, o documento “tem, em primeiro lugar, caráter preventivo e jurídico” e também demonstra que o governo considera suficientemente concreta a possibilidade de desdobramentos para justificar uma manifestação formal.

Na avaliação do criminalista Antonio Gonçalves, os reflexos da decisão vão além da área de segurança pública. Ele afirma que o alerta do Itamaraty também acompanha preocupações já levantadas por outros setores do governo em relação aos efeitos econômicos da medida.

“Dentre as possibilidades estão o uso de força militar. Se tal ato significar a ação de forças norte-americanas em território brasileiro, claramente, representará uma violação”.